



PARECER Nº 02 , DE 2019 - CESC

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E CULTURA sobre o PROJETO DE LEI Nº 351, de 2019, que institui a meia-entrada para os frentistas e rodoviários, no âmbito do Distrito Federal, e dá outras providências.

**AUTOR: Deputado JOÃO CARDOSO
PROFESSOR AUDITOR**

**RELATOR: Deputado PROF. REGINALDO
VERAS**

I – RELATÓRIO

Comissão de Educação, Saúde e Cultura - CESC	
PL	nº 351 / 2019
Folha nº	11
Matrícula:	22747 Rubrica: <i>[assinatura]</i>

Submete-se à apreciação desta Comissão de Educação, Saúde e Cultura o Projeto de Lei nº 351, de 2019, de autoria do deputado João Cardoso Professor Auditor.

Nos termos do art. 1º, a proposição institui desconto de 50% sobre o preço efetivamente cobrado de ingressos, ainda que praticado a título promocional, para os frentistas e rodoviários (motoristas e cobradores do transporte urbano coletivo) em exercício de suas profissões e vinculados profissionalmente a empresas estabelecidas no Distrito Federal, em espetáculos teatrais e musicais, exposições de arte, exhibições cinematográficas e circenses, eventos esportivos, de lazer e entretenimento e demais manifestações culturais no Distrito Federal.

Conforme o art. 2º, as carteiras de identificação, a serem emitidas às expensas das empresas e com validade máxima de um ano, devem conter fotografia, cargo, data de admissão, CPF, RG, nome dos pais e tipo sanguíneo do beneficiário e serem recolhidas quando houver rompimento do vínculo empregatício.

Seguem as cláusulas tradicionais de vigência e revogação.

A Justificação esclarece que a proposta visa a assegurar melhoria na qualidade de vida dos frentistas e rodoviários, possibilitando o acesso a eventos. O autor cita proposições semelhantes, apresentadas por parlamentares, que já foram aprovadas nesta Casa e argumenta que a matéria se enquadra como assunto de interesse local, de competência do Distrito Federal.

O Projeto de Lei foi lido em 23 de abril de 2019 e distribuído originalmente à Comissão de Transporte e Mobilidade Urbana, para análise de mérito, à Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, para análise de mérito e admissibilidade, e à Comissão de Constituição e Justiça, para análise de admissibilidade. Posteriormente,



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

TERCEIRA SECRETARIA

Assessoria Legislativa - ASSEL

Unidade de Saúde, Educação, Cultura e Des. Científico e Tecnológico - USE



foi acatado requerimento para apreciação de mérito também por esta Comissão de Educação, Saúde e Cultura.

Não foram apresentadas emendas durante o prazo regimental.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

Comissão de Educação, Saúde e Cultura - CESC	
PL nº	351 / 2019
Folha nº	12
Matrícula	22343 Rubrica: <i>Hilary</i>

De acordo com o art. 69, I, c, do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, compete a esta Comissão de Educação, Saúde e Cultura analisar e, quando necessário, emitir parecer sobre o mérito de matérias relacionadas a cultura, espetáculos, diversões públicas, recreação e lazer.

O pagamento de meia-entrada em eventos é um benefício disciplinado em âmbito nacional pela Lei federal nº 12.933, de 26 de dezembro de 2013. O diploma assegura a estudantes, pessoas com deficiência e jovens de 15 a 29 anos de baixa renda o pagamento da metade do preço do ingresso efetivamente cobrado do público em geral para acesso a salas de cinema, cineclubes, teatros, espetáculos musicais e circenses e eventos educativos, esportivos, de lazer e de entretenimento, em todo o território nacional, promovidos por quaisquer entidades e realizados em estabelecimentos públicos ou particulares. A concessão do direito é assegurada em 40% do total dos ingressos disponíveis para cada evento.

A Lei federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, concede o mesmo benefício aos idosos com idade igual ou superior a 60 anos. No Distrito Federal, a Lei nº 3.516, de 27 de dezembro de 2004, garante o desconto aos professores do sistema de ensino do Distrito Federal e do sistema federal de ensino.

A meia-entrada busca proporcionar cultura e lazer a parcelas vulneráveis da população. Além disso, o direito se justifica como ferramenta de formação de estudantes e docentes.

O objetivo do Projeto de Lei em análise é estender o benefício a frentistas e rodoviários (motoristas e cobradores do transporte urbano coletivo). Avaliamos que a proposição não merece prosperar, visto que fere o princípio da isonomia ao conceder um direito a categorias profissionais específicas, permitindo que gozem de benefícios que não são extensíveis a outras em situação idêntica. A partir desse mesmo entendimento, a Lei nº 5.653, de 13 de abril de 2016, que instituiu a meia-entrada para os profissionais de vigilância e segurança, foi julgada inconstitucional pelo Conselho Especial do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2016 00 2 021657-3.

Ademais, consideramos que a ampliação proposta prejudica os grupos já beneficiados, uma vez que a carga de ingressos com desconto pode ser limitada a 40% em cada evento.

2
[Assinatura]



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

TERCEIRA SECRETARIA

Assessoria Legislativa - ASSEL

Unidade de Saúde, Educação, Cultura e Des. Científico e Tecnológico - USE



Diante do exposto, no âmbito desta Comissão de Educação, Saúde e Cultura, manifestamos voto pela REJEIÇÃO, no mérito, do Projeto de Lei nº 351, de 2019.

Sala das Comissões, de de 2019.

Deputado JORGE VIANNA
Presidente


Deputado PROF. REGINALDO VERAS
Relator

Comissão de Educação, Saúde e Cultura - CESC	
PL	nº 351 / 2019
Folha nº	13
Matrícula	22797 Rubrica: 